



INTERFACES DA ESCUTA FAMILIAR NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS PARA A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

Marilda de Oliveira Cardoso¹, Fábio Coelho Pinto¹



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n7p671-694>

Artigo recebido em 30 de Maio e publicado em 11 de Julho de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A educação inclusiva se configura como um vetor estratégico para a garantia do direito à aprendizagem universal, promovendo a valorização da diversidade e a desconstrução de práticas pedagógicas excludentes no ambiente escolar. Este estudo propõe uma análise aprofundada da escuta familiar no processo de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando suas implicações para o desenvolvimento de práticas pedagógicas colaborativas em contextos regulares de ensino. Embasada em abordagem qualitativa e revisão bibliográfica crítica, a pesquisa dialoga com autores que fundamentam os marcos legais, pedagógicos e colaborativos vinculados à educação inclusiva e à especificidade do atendimento aos alunos com TEA. O objetivo primordial reside em examinar como a interlocução ativa entre escola e famílias potencializa práticas educativas responsivas, sensíveis e contextualizadas às singularidades desses estudantes. Os achados indicam que a escuta sistematizada das famílias é catalisadora para a construção de estratégias coletivas, fortalecendo a coesão entre os agentes educacionais e impulsionando avanços na inclusão escolar. O estudo também identifica desafios significativos, como a carência de formação continuada, a resistência institucional à inclusão e a fragilidade dos canais comunicacionais entre escola e família. Partindo da escuta ativa, são sugeridas metodologias colaborativas, incluindo fóruns participativos, oficinas integrativas e protocolos estruturados de comunicação, que promovem a individualização do ensino e a corresponsabilidade no processo inclusivo. Um quadro analítico sintetiza os desafios e as oportunidades no cenário da escolarização de alunos com TEA, reafirmando a escuta familiar como componente essencial para uma prática pedagógica formativa, dialógica e inclusiva. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende do fortalecimento do diálogo interinstitucional e do engajamento compartilhado das famílias no percurso educacional.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Escuta das Famílias. Práticas Colaborativas. Educação inclusiva.



FAMILY ENGAGEMENT INTERFACES IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: COLLABORATIVE STRATEGIES FOR PEDAGOGICAL INNOVATION.

ABSTRACT

Inclusive education is configured as a strategic vector for ensuring the right to universal learning, promoting the appreciation of diversity and the deconstruction of exclusionary pedagogical practices within the school environment. This study proposes an in-depth analysis of family listening in the process of including students with Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting its implications for the development of collaborative pedagogical practices in mainstream educational contexts. Based on a qualitative approach and critical literature review, the research engages with authors who underpin the legal, pedagogical, and collaborative frameworks related to inclusive education and the specificities of serving students with ASD. The primary objective is to examine how active dialogue between schools and families enhances responsive, sensitive, and context-aware educational practices tailored to the unique needs of these students. The findings indicate that systematic listening to families acts as a catalyst for the construction of collective strategies, strengthening cohesion among educational agents and fostering progress in school inclusion. The study also identifies significant challenges, such as the lack of ongoing teacher training, institutional resistance to inclusion, and weak communication channels between schools and families. Starting from active listening, the research suggests collaborative methodologies, including participatory forums, integrative workshops, and structured communication protocols, that support individualized teaching and shared responsibility in the inclusion process. An analytical framework synthesizes the challenges and opportunities surrounding the schooling of students with ASD, reaffirming family listening as an essential component of formative, dialogical, and inclusive pedagogical practice. The study concludes that the effectiveness of inclusive education depends on strengthening inter-institutional dialogue and the shared engagement of families throughout the educational journey.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; school inclusion; listening to families; collaborative practices; inclusive education.

Instituição afiliada – Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS); Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Autor correspondente: Fábio Coelho Pinto profphabiopinto@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A educação inclusiva configura-se atualmente como um princípio estruturante das políticas educacionais, orientado pela promoção do direito universal à aprendizagem e pelo reconhecimento da heterogeneidade dos sujeitos no espaço escolar. Mais do que assegurar a presença física de estudantes com deficiência nas instituições de ensino, essa abordagem demanda uma reconfiguração sistêmica das práticas pedagógicas, da organização curricular e da gestão escolar, de modo a instituir uma cultura educacional que valorize a equidade e o convívio com a diferença (Mantoan, 2022).

Tal entendimento converge com os pressupostos estabelecidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que enfatiza a necessidade de garantir o atendimento às especificidades educacionais no contexto da escola comum, promovendo a aprendizagem conjunta em ambientes acessíveis, colaborativos e eticamente comprometidos com a diversidade.

Sob uma perspectiva contemporânea, a inclusão educacional pode ser compreendida como um marco no desenvolvimento social e ético das sociedades, ao promover a ruptura com paradigmas historicamente excludentes e afirmar a escola como um espaço de justiça e equidade. Essa concepção amplia-se ao reconhecer que a inclusão não se limita a categorias específicas, mas abrange a multiplicidade das diferenças humanas. Nesse contexto, torna-se fundamental analisar, de forma aprofundada, as especificidades da trajetória escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja participação plena no ambiente educacional ainda é atravessada por barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas que desafiam a consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas.

Deste modo, a consolidação da educação inclusiva no cenário brasileiro tem mobilizado amplos debates nos campos acadêmicos, político e social, especialmente após a instituição de importante marco legal como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Esses instrumentos normativos asseguram o direito inalienável de todos os estudantes à escolarização em contextos educacionais comuns, com ênfase na promoção da equidade quanto ao acesso, permanência e êxito no percurso escolar. Entre os diversos grupos contemplados por essas



diretrizes, destaca-se o dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja inclusão requer práticas institucionais pautadas pela escuta sensível, pela intencionalidade pedagógica e pelo engajamento colaborativo de toda a comunidade escolar.

A inserção de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em turmas do ensino regular, embora necessária, não é suficiente para assegurar sua plena inclusão. A efetividade desse processo depende de uma articulação mais profunda entre a escola e a família, superando interações esporádicas e meramente administrativas. Essa relação deve se configurar como uma parceria contínua, dialógica e comprometida com o planejamento e a implementação de práticas pedagógicas contextualizadas. Segundo Cunha (2019), os familiares de estudantes com TEA possuem saberes fundamentais acerca das particularidades de seus filhos, os quais, quando reconhecidos e incorporados pelo coletivo escolar, potencializam a construção de estratégias educacionais mais eficazes e sensíveis às necessidades individuais.

Além disso, o fortalecimento do vínculo entre escola e família contribui para a constituição de uma rede de confiança mútua, promovendo a corresponsabilidade na trajetória escolar dos estudantes. Nessa perspectiva, Amaral (2020) enfatiza que escutar as famílias deve ser entendido como um componente estruturante da prática pedagógica inclusiva, possibilitando que o trabalho docente se alinhe de forma mais precisa às demandas e potencialidades dos educandos. Assim, ao integrar as vivências familiares ao processo educacional, a escola amplia sua capacidade de construir um currículo mais significativo, respeitoso e verdadeiramente acessível a todos.

Diante dos desafios contemporâneos da inclusão escolar, este artigo tem como objetivo central analisar o papel estratégico da escuta ativa das famílias na promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando suas contribuições para o fortalecimento de práticas pedagógicas colaborativas no cotidiano escolar. Parte-se da premissa de que a efetivação da inclusão transcende ações pontuais, exigindo a consolidação de uma cultura institucional fundamentada no diálogo interativo, na participação compartilhada e na produção coletiva de saberes. Para sustentar essa abordagem, adota-se como referencial teórico o aporte de estudiosos que investigam a educação inclusiva, o engajamento familiar e a pedagogia colaborativa, com destaque para Mantoan (2021), Machado (2020), Orrú (2021), Cunha (2021), entre outros.

A investigação fundamenta-se em uma metodologia de revisão bibliográfica com



enfoque qualitativo, a partir da análise de livros, artigos científicos e documentos acadêmicos publicados entre os anos de 2018 e 2024. A seleção das fontes privilegiou produções que abordam práticas pedagógicas inclusivas voltadas ao público com TEA e que reconhecem a família como um ator ativo no processo de ensino-aprendizagem. A análise do corpus permitiu evidenciar elementos-chave relacionados à escuta das famílias e à sua articulação com a atuação docente em contextos educativos inclusivos, contribuindo para o delineamento de práticas mais responsivas e colaborativas.

Além da introdução, o artigo está estruturado em quatro seções principais. A primeira discute os fundamentos da educação inclusiva como direito e princípio democrático. A segunda aborda a participação das famílias na inclusão de estudantes com TEA, destacando a escuta ativa como elemento central. A terceira analisa o trabalho pedagógico colaborativo, relacionando escuta e ação docente. A última seção apresenta as considerações finais, com reflexões e sugestões para o fortalecimento de práticas inclusivas baseadas na escuta familiar.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a relevância da escuta das famílias na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando suas contribuições para o desenvolvimento de práticas pedagógicas colaborativas no ensino regular. Como objetivos específicos, propõe-se: Examinar os fundamentos da educação inclusiva como direito e princípio democrático; Refletir sobre o papel da escuta familiar no processo de inclusão de estudantes com TEA; Identificar as contribuições do trabalho pedagógico colaborativo para a efetivação da inclusão escolar; Sugerir estratégias para o fortalecimento do diálogo entre escola e família no processo de escolarização de alunos com TEA.

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer mais que a presença física; exige práticas pedagógicas pautadas no diálogo e na participação ativa de todos, inclusive das famílias (Freire, 2011). Essa abordagem é essencial para atender às necessidades específicas desses estudantes e garantir uma educação inclusiva efetiva. O Censo Escolar 2024 revela um aumento de 58,7% nas matrículas de estudantes com deficiência na rede regular, destacando a crescente demanda por práticas inclusivas qualificadas.



METODOLOGIA

Este artigo é resultado das reflexões produzidas no capítulo II da dissertação intitulada de autoria de Marilda Cardoso Oliveira que será apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. O capítulo citado abriu possibilidade para ampliar as discussões acerca das *interfaces da escuta familiar na inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista e as estratégias colaborativas para a inovação pedagógica*. A partir da provocação buscou-se aprofundar o referencial teórico a partir de buscas feitas em livros, artigos da internet, dissertações de mestrado e teses de doutorado, o tempo de recorte para artigos, dissertações e teses foi de 10 anos, em relação aos livros buscou-se por aqueles que apontassem contribuições relevantes acerca do campo analisado.

A partir de uma leitura crítica dos referenciais teóricos foi possível produzir uma síntese argumentativa da temática e título proposto para reflexão a cerca do processo de escuta familiar para inclusão de alunos autista no ambiente escolar e na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO E PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO.

A educação inclusiva transcende a dimensão de um modelo pedagógico, configurando-se como um compromisso ético, político e social com a promoção da equidade, da valorização da diversidade humana e da justiça educacional. No contexto brasileiro, tal compromisso encontra respaldo em um arcabouço jurídico consolidado, que assegura o direito universal à educação sem qualquer forma de discriminação. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, orientando-se para o pleno desenvolvimento humano, a formação cidadã e a qualificação para o trabalho. Esse princípio orientador é aprofundado por normativas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reafirmam a inclusão escolar como política pública essencial à garantia dos direitos educacionais.



A concepção contemporânea de inclusão vai além da admissão formal de estudantes com deficiência, transtornos ou altas habilidades em classes regulares. Trata-se de uma reconfiguração sistêmica do processo educacional, voltada à construção de ambientes pedagógicos acessíveis, significativos e responsivos às singularidades de todos os alunos. Conforme aponta Mantoan (2021), a inclusão impõe à escola o desafio de desconstruir paradigmas tradicionalmente excludentes, revendo práticas, metodologias e concepções que operam sob a lógica da homogeneização, para instituir uma cultura que celebre a heterogeneidade.

Assim, a inclusão deve ser entendida como um processo contínuo de transformação da cultura institucional, fundamentado na escuta ativa, no diálogo permanente e no respeito incondicional às diferenças. Mendes e Almeida (2016, p. 347) acrescentam reflexões nesse sentido, reforçando a centralidade desses princípios para a consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas, afirmando que a educação inclusiva vai além da matrícula obrigatória; ela implica acolhimento ético e valorização das diferenças como dimensões legítimas da condição humana. Reconhecer as singularidades sensoriais, cognitivas e físicas dos estudantes exige da escola um compromisso com práticas não segregadoras, capazes de garantir participação plena e equitativa no ambiente educacional.

A asserção de Mendes e Almeida evidencia um dos pilares fundamentais da educação inclusiva: o compromisso ético e pedagógico com a dignidade humana e com a diversidade. Ao afirmar que a inclusão não se restringe à matrícula compulsória em instituições de ensino, os autores nos alertam sobre o risco de uma prática burocrática e superficial, que cumpre a lei formalmente, mas não transforma as relações escolares nem os processos de ensino aprendizagem.

A inclusão deve ser compreendida como o acolhimento respeitoso das singularidades dos estudantes, reconhecendo suas dimensões sensoriais, cognitivas, emocionais e físicas como componentes essenciais de sua identidade, e não como déficits a serem corrigidos ou isolados. Essa perspectiva é especialmente crucial para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujas necessidades demandam intervenções pedagógicas intencionais, afetivas e colaborativas. Tal reflexão desafia a persistente lógica excludente presente em muitas práticas escolares, propondo a inclusão como um processo coletivo, contínuo e relacional, no qual a escola se



configura como espaço de pertencimento, aprendizagem e convivência.

Deste modo, o foco desloca-se da simples presença física para a efetiva participação e valorização da subjetividade dos alunos no contexto educacional. A inclusão exige o reconhecimento das suas particularidades cognitivas, sociais e comunicativas. Conforme Cunha (2021), a escola deve garantir não apenas a presença, mas a participação ativa e a aprendizagem significativa desses alunos, o que requer mediações pedagógicas diferenciadas e uma gestão democrática do ensino. A inclusão, portanto, está intrinsecamente vinculada à participação efetiva dos alunos como agentes ativos no seu percurso escolar.

A gestão democrática da educação, consagrada na LDBEN, constitui um fundamento essencial para a efetivação da inclusão escolar. Esse modelo requer a participação ativa e compartilhada de todos os atores da comunidade educativa — professores, estudantes, famílias, gestores e profissionais — na formulação e implementação das práticas pedagógicas. Conforme destacado por Machado (2020), a inclusão se fortalece na medida em que se estabelece corresponsabilidade entre esses sujeitos, reconhecendo a diversidade como um valor intrínseco e não como um entrave. Tal perspectiva impulsiona a criação de espaços institucionais voltados para a escuta ativa, reflexão coletiva e cooperação efetiva.

Ademais, a educação inclusiva orientada pela democracia não se restringe a favorecer exclusivamente os alunos com deficiência ou TEA, mas transforma integralmente o ambiente escolar. Ao conviverem com a diversidade, todos os estudantes desenvolvem habilidades socioemocionais essenciais, como empatia, cooperação e respeito mútuo. Orrú (2021) ressalta que essa abordagem forma sujeitos críticos e conscientes de seus direitos e deveres sociais, promovendo, assim, a construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Compreender a educação inclusiva enquanto direito e princípio democrático implica reconhecer que sua implementação não deve ser atribuída exclusivamente a docentes especializados ou a iniciativas isoladas. Trata-se de um compromisso coletivo que convoca todos os agentes educacionais a atuarem de forma integrada, reflexiva e ética, sobretudo na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dessa forma, torna-se imperativo aprofundar a reflexão acerca do papel das famílias e da escuta ativa como instrumentos estratégicos para a concretização desse processo



inclusivo.

A inclusão de alunos com TEA enfrenta desafios múltiplos, desde a capacitação docente específica até a adequação dos espaços escolares. Conforme Brites (2025), é fundamental que os profissionais da educação estejam habilitados para compreender as particularidades do TEA e planejar abordagens pedagógicas que promovam o desenvolvimento e a aprendizagem desses estudantes. A articulação colaborativa entre educadores, famílias e demais profissionais emerge, assim, como elemento-chave para a superação dos entraves e para a construção de um ambiente escolar efetivamente acolhedor e inclusivo.

QUADRO 1- A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

DESAFIOS IDENTIFICADOS	POSSIBILIDADES/ENCAMINAMENTOS PEDAGÓGICOS
Falta de formação continuada dos professores para lidar com o TEA.	Promoção de cursos e oficinas sobre o transtorno práticas inclusivas.
Resistência de alguns profissionais à inclusão	Trabalho coletivo, reflexões pedagógicas e espaço de escuta entre os pares.
Comunicação frágil entre família e escola.	Estabelecimento de canais de diálogo contínuos reuniões pedagógicas colaborativas;
Adaptação curricular insuficiente.	Planejamento individualizado com apoio do AEE e flexibilização dos objetivos.
Escassez de recursos e materiais humanos.	Parcerias com instituições, uso de tecnologia assistiva e valorização da rede de apoio.
Sobrecarga de professores em salas heterogêneas.	Coparticipação de profissionais de apoio e equipe multidisciplinar.

Fonte: elaboração própria com base nos autores citados no estudo

O quadro evidencia os desafios enfrentados pelos professores para que possam garantir a efetividade da proposta de inclusão escolar dos alunos com TEA. A inclusão não pode ser vista como a garantia de acesso de alunos com deficiência a classes regulares de ensino, mas sobretudo, garantir seu aprendizado e desenvolvimento integral e crítico. Sendo assim, pode-se dizer que:

A inclusão escolar de crianças com TEA não depende apenas de estruturas físicas ou recursos materiais, mas do comprometimento da escola em



construir uma escuta qualificada, que reconheça a voz das famílias como legítima e necessária (CUNHA; NASCIMENTO, 2022, P. 57).

A citação de Cunha e Nascimento aprofunda a compreensão de que os desafios da inclusão não se resumem a aspectos técnicos ou logísticos, mas envolvem, sobretudo, atitudes e compromissos éticos da escola diante da diversidade. Reconhecer a escuta das famílias como legítima implica superar práticas historicamente marcadas pela exclusão, em que a participação familiar era vista como secundária ou desnecessária. Nesse novo paradigma inclusivo, escutar as famílias significa acolher suas percepções, angústias, expectativas e saberes, compreendendo que elas oferecem uma perspectiva singular e complementar ao olhar pedagógico.

O PAPEL DA ESCUTA FAMILIAR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA.

A presença de alunos com Transtorno do Espectro autista (TEA) em salas de aula regulares trouxe à tona a necessidade de a escola se reorganizar para atender, de forma afetiva, às necessidades educacionais desses estudantes. Nesse cenário, a família, enquanto núcleo social primário e principal referência afetiva da criança, ocupa uma posição estratégica na construção de práticas pedagógicas mais sensíveis e eficazes. A escuta das famílias, portanto, não é um gesto pontual de atenção, mas uma atitude pedagógica permanente, que valoriza o conhecimento, a experiência e a perspectiva dos cuidadores como elementos essenciais à inclusão.

De acordo com Cunha (2021), as famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem uma fonte insubstituível de saberes construídos na vivência cotidiana, que ultrapassam qualquer prescrição técnica ou formação acadêmica. Esses conhecimentos, que envolvem comportamentos, interesses, rotinas, modos de comunicação e estratégias de regulação emocional, são fundamentais para a personalização do processo educacional. Quando desconsiderados, geram desconexões entre as práticas escolares e as realidades vividas, comprometendo o desenvolvimento integral do estudante.

Nesse sentido, Oliveira e Duarte (2023, p. 9) enfatizam que “a participação



da família no processo de inclusão escolar é fator decisivo para a construção de uma escola mais democrática e acolhedora”. A escuta ativa das famílias, portanto, não é apenas um gesto de cortesia institucional, mas um mecanismo potente de democratização da escola, capaz de ampliar a compreensão das experiências dos alunos com TEA e de fomentar um ambiente mais colaborativo, empático e responsivo às diferenças.

Dessa forma, torna-se imprescindível que a instituição escolar estabeleça espaços estruturados e contínuos de escuta qualificada das famílias, superando o modelo tradicional de encontros meramente informativos. Conforme aponta Amaral (2020), a efetivação da inclusão requer a consolidação de vínculos colaborativos com as famílias, alicerçados na empatia, no acolhimento mútuo e na corresponsabilidade educativa. A escuta ativa, nesse contexto, configura-se como um processo dialógico e horizontal, no qual a escola reconhece os familiares como sujeitos legítimos de saber e constrói, a partir de suas contribuições, ajustes pedagógicos condizentes com as necessidades e potencialidades dos alunos.

A escuta qualificada das famílias no contexto da inclusão escolar não deve ser reduzida a iniciativas pontuais ou de caráter voluntarista. Conforme Machado e Mendes (2023), sua consolidação exige políticas públicas estruturantes que formalizem espaços permanentes de escuta, promovam a formação continuada dos profissionais da educação e assegurem mediações intersetoriais qualificadas. Nessa perspectiva, considerar as vozes familiares no processo inclusivo implica garantir estruturas permanentes e articuladas entre a escola, os sistemas de ensino e outras esferas sociais, de modo a consolidar práticas dialógicas sustentadas por diretrizes normativas e por uma cultura institucional de corresponsabilidade.

A afirmação de Machado e Mendes evidencia que a escuta das famílias não deve ser compreendida como um ato isolado ou voluntarista, mas como uma ação respaldada por diretrizes institucionais e sustentada por políticas públicas. Ouvir e considerar as famílias no processo de inclusão exige estruturas permanentes de escuta, mediação e articulação entre escola, sistema de ensino e demais instâncias sociais. Para tanto, é imprescindível que as redes educacionais invistam na formação continuada dos profissionais, na criação de canais de comunicação acessíveis e na implementação de práticas pedagógicas democráticas. A escuta qualificada, nesse



contexto, transforma-se em estratégia de gestão participativa, fortalecendo o desenvolvimento de práticas mais responsáveis às singularidades dos alunos com TEA.

Para tanto, é imprescindível que as redes educacionais invistam na formação continuada dos profissionais, na criação de canais de comunicação acessíveis e na implementação de práticas pedagógicas democráticas. A escuta qualificada, nesse contexto, transforma-se em estratégia de gestão participativa, fortalecendo no vínculo entre escola e comunidade, e favorecendo o desenvolvimento de práticas mais responsáveis às singularidades dos alunos com TEA.

Além disso, a escuta da família não deve se restringir a momentos de crise ou dificuldades de aprendizagem. Quando ocorre de forma contínua e preventiva, ela fortalece a confiança e encoraja os responsáveis a participarem mais ativamente do cotidiano escolar. Machado (2021) ressalta que a escuta é o ponto de partida para a construção de um projeto pedagógico verdadeiramente inclusivo, pois permite conhecer o estudante em sua integralidade, considerando não apenas o diagnóstico, mas também sua história, seus afetos e seus modos de ser no mundo. Para (Santos, 2021), a escuta qualificada das famílias possibilita uma compreensão ampliada das singularidades dos estudantes, subsidiando práticas pedagógicas mais assertivas e responsivas às suas necessidades educacionais.

Essa perspectiva de Santos (2021) contribui para entender a escuta como ferramenta pedagógica. Ao ouvir as famílias, a escola se aproxima das realidades dos alunos, permitindo desenvolver estratégias de ensino mais assertivas e personalizadas, fortalecendo o processo de aprendizagem.

No contexto da inclusão de alunos com TEA, a escuta das famílias também contribui para o enfrentamento de preconceitos e estigmas que ainda persistem no ambiente escolar. Ao se abrir ao diálogo com os cuidadores, a escola amplia sua compreensão sobre o transtorno, desconstrói visões patologizantes e enriquece seu repertório de estratégias pedagógicas. Como apontam Silva e Orrú (2022), a escuta familiar pode revelar caminhos simples, porém eficazes, como adaptações na rotina, uso de recursos sensoriais ou ajustes na linguagem, que fazem grande diferença no cotidiano do aluno com TEA.

Contudo, para que a escuta se torne uma prática efetiva, é necessário que a



gestão escolar promova uma cultura institucional baseada na valorização da diversidade e no respeito às subjetividades. Isso implica formar professores para o diálogo, instituir espaços de convivência entre famílias e profissionais, e garantir que os registros e relatos familiares sejam considerados no planejamento pedagógico. A escuta precisa ser sistematizada, acolhedora e transformadora.

Portanto, a escuta das famílias é um eixo estruturante da inclusão de alunos com TEA, pois conecta o conhecimento técnico da escola com a vivência afetiva do lar. Quando ambas as esferas se articulam, a aprendizagem se torna mais significativa, e a inclusão, mais concreta. Essa parceria só é possível mediante uma disposição institucional para ouvir, acolher e agir a partir da escuta.

A participação da família é crucial para o sucesso da inclusão escolar de alunos com TEA. Segundo Souza (2022), a parceria entre família e escola promove o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, garantindo melhores condições de ensino e aprendizagem. Além disso, a escuta das famílias permite que educadores compreendam melhor as necessidades e características dos alunos, possibilitando a implementação de práticas pedagógicas mais eficazes.

DO OUVIR AO AGIR: COLABORAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA INCLUSÃO ESCOLAR.

A escuta das famílias de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), quando levada a sério pela escola, não deve se encerrar no acolhimento de relatos ou na escuta passiva das demandas parentais. Ao contrário, precisa se transformar em ação concreta e colaborativa, resultando em estratégias pedagógicas que respeitem as necessidades específicas do estudante e fortaleçam sua trajetória escolar. Essa transição do “ouvir” ao “agir” é o que caracteriza um verdadeiro trabalho pedagógico colaborativo, onde a escola e família deixam de ser polos isolados e passam a atuar como parceiros interdependentes na promoção da inclusão.

Na concepção de Bossa (2020) a articulação interprofissional entre docentes, famílias e equipe escolar configura-se como um eixo estruturante para a promoção da aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas, assegurando intervenções mais integradas e eficazes. Essa contribuição



ratifica a ideia de que a inclusão requer um esforço coletivo. A articulação entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar permite o compartilhamento de responsabilidade e o planejamento de ações conjuntas, promovendo uma prática pedagógica mais integrada e eficaz.

Para que essa colaboração aconteça de maneira eficaz, é fundamental superar práticas escolares que tratam a família apenas como “receptora de informações” ou como responsável exclusiva pelos “problemas” do aluno. Como destaca Mantoan (2021), a escola inclusiva precisa abrir-se à construção de vínculos de confiança com os responsáveis, criando canais permanentes de diálogo, escuta e corresponsabilidade. Nesse processo, a voz da família não é acessória, mas sim coautora das decisões pedagógicas, especialmente em se tratando de alunos com TEA, cuja escolarização demanda ajustes, flexibilizações e práticas contextualizadas.

Cunha (2021) reforça que a colaboração com a família é essencial para garantir a continuidade entre os processos educativos que ocorrem em casa e na escola. Muitas vezes, comportamentos, formas de comunicação e interesses específicos do aluno com TEA são compreendidos pela família de modo mais profundo, e essas informações podem orientar a atuação pedagógica com mais precisão. Essa troca de saberes qualifica o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais sensível às singularidades do estudante.

Por outro lado, a família também se beneficia quando o ambiente escolar se mostra aberto ao diálogo e à construção conjunta. Segundo Machado e Bossa (2020), muitos responsáveis por crianças com TEA sentem-se culpabilizados ou invisibilizados nos espaços escolares. Ao vivenciarem relações colaborativas, sentem-se mais fortalecidos emocionalmente, mais informados sobre os direitos do filho e mais engajados na construção de um percurso escolar positivo. A confiança mútua entre escola e família é, portanto, elemento propulsor da inclusão.

Na prática, a colaboração pode se manifestar de várias formas: reuniões de planejamento individualizado com a presença da família; rodas de conversa sobre estratégias pedagógicas; construção conjunta de adaptações curriculares; produção de registros compartilhados sobre o desenvolvimento do aluno; entre outras ações. De acordo com Schirmer e Schlickmann (2021), essas experiências fortalecem o sentimento de pertencimento e promovem uma cultura de acolhimento institucional,



na qual todos se sentem responsáveis pelo processo inclusivo.

É importante ressaltar que essa colaboração exige também a atuação de uma gestão escolar democrática e comprometida com a escuta ativa e a mediação de conflitos. Sem o apoio da gestão, a parceria entre escola e família tende a ser pontual e fragilizada. A gestão, como articuladora de práticas inclusivas, precisa garantir que haja tempo, espaço e intencionalidade para a construção coletiva entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar.

Portanto, ao transformar a escuta em ação, a escola dá um passo essencial para consolidar práticas pedagógicas realmente inclusivas. O trabalho colaborativo entre família e escola, longe de ser um ideal utópico, revela-se como um caminho concreto e necessário para que a inclusão de alunos com TEA seja vivida com qualidade, respeito e efetividade.

A escuta ativa das famílias é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico colaborativo. De acordo com Peruzzo e Corbellini (2017), a escuta-olhar psicopedagógicos são essenciais pra compreender as necessidades dos alunos e promover práticas inclusivas eficazes. Além disso, a escuta das famílias contribui para o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade, promovendo uma educação mais humanizada e centrada no aluno.

SUGESTÕES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COLABORATIVAS A PARTIR DA ESCUTA DAS FAMÍLIAS.

A escuta ativa pode gerar práticas pedagógicas mais assertivas, personalizadas e humanas no contexto da inclusão de alunos com TEA. Quando há escuta qualificada e empática, os saberes das famílias passam a ser valorizados e inseridos no processo da prática educacional, fortalecendo a construção de um currículo mais acessível, personalizado e acolhedor. Assim, a referida escuta, representa um caminho de acesso essencial para o desenvolvimento integral do estudante e para a consolidação da inclusão como prática cotidiana.

Nesse sentido, algumas estratégias podem ser adotadas pela equipe escolar para fortalecer a relação escola-família e garantir uma atuação colaborativa. Como:

*Diário de comunicação bidirecional: envio semanal de um caderno ou



aplicativo com registros sobre o comportamento, avanços e dificuldades do aluno, para que a família também contribua com observações de casa.

*Planejamento conjunto: reuniões bimestrais com pais, mães e responsáveis para discutir metas pedagógicas realistas, propondo intervenções ajustadas à realidade do aluno.

*Oficinas pedagógicas com participação familiar: ações em que os familiares participam ativamente de momentos pedagógicos na escola, reforçando o vínculo com a aprendizagem.

*Protocolos de acolhimento e escuta: elaboração de instrumentos para registrar falas e traduzi-las em ações didáticas que respeitem os contextos familiares e culturais.

*Rodas de conversa entre familiares e educadores: espaços mediados por coordenadores ou professores para troca de experiência e construção conjunta de estratégias inclusivas.

A consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva requer o engajamento coletivo de todos os agentes educacionais, com ênfase em práticas pedagógicas colaborativas e interdisciplinares. Nesse contexto, o trabalho conjunto entre docentes, gestores e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) torna-se imprescindível para o desenvolvimento de estratégias que dialoguem com a complexidade das demandas dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conforme destacam Oliveira e Freitas (2020), o planejamento articulado, a troca de saberes e a cooperação entre os diversos profissionais da escola são fundamentos estruturantes para uma educação que transcende a atuação docente isolada, promovendo um ambiente educacional mais responsivo, integrado e equitativo.

O trabalho pedagógico colaborativo, fundamentado no diálogo constante entre os diferentes profissionais da escola, promove a articulação de saberes e práticas capazes de ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação desses estudantes. Nesse sentido, a corresponsabilidade entre os atores educativos, docentes, gestores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e demais envolvidos, configura-se como alicerce para práticas pedagógicas coerente com os princípios da inclusão. A cooperação torna-se, assim, condição fundamental



para que a escola passe a ser um espaço harmonioso, valorizando a individualidade dos sujeitos que a compõem.

CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DO VINCULO ESCOLA-FAMILIA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA.

Fortalecer o vínculo entre escola e família é uma tarefa contínua e estratégica para a efetivação da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica. Esse vínculo não nasce espontaneamente: ele precisa ser cultivado com intencionalidade, sensibilidade e compromisso institucional. É a partir dessa relação que a escola se torna um espaço de pertencimento, confiança e respeito mútuo, onde as necessidades do aluno são acolhidas e enfrentadas de maneira coletiva.

Para Schirmer e Schlickmann (2021), o primeiro passo para fortalecer esse vínculo é romper com a lógica tradicional que vê a família como “visitante” ou “usuária” da escola. Ao invés disso, propõe-se que as famílias sejam reconhecidas como sujeitos ativos na construção do projeto pedagógico. Isso implica envolvê-las não apenas em reuniões informativas, mas em momentos de diálogo, escuta e tomada de decisões, especialmente aquelas que dizem respeito ao processo de escolarização do aluno com TEA.

Outro caminho importante é a formação continuada dos profissionais da educação para o trabalho com a diversidade. Mantoan (2021) enfatiza que a construção de uma escola inclusiva exige que os educadores estejam preparados não apenas tecnicamente, mas também eticamente, para acolher a diferença como valor e não como obstáculo. Isso inclui desenvolver habilidades de comunicação empática, escuta ativa e mediação de conflitos, competências fundamentais para estabelecer uma relação de confiança com as famílias.

Cunha (2022) acrescenta que o vínculo entre escola e família se fortalece quando existe transparência, constância no diálogo e respeito às experiências familiares. Muitas vezes, os pais e responsáveis enfrentam trajetórias marcadas por exclusão, preconceito e sobrecarga emocional. Ao se depararem com uma escola acolhedora, que valida suas vivências e reconhece seus saberes, esses sujeitos se



sentem mais seguros para colaborar, opinar e participar das decisões sobre a vida escolar do filho.

A gestão escolar desempenha um papel fundamental nesse processo. Como articuladora das ações pedagógicas, a gestão deve criar espaços institucionais que favoreçam o encontro entre escola e família, como rodas de conversas, grupos de apoio, oficinas colaborativas, fóruns de escuta e comissões participativas. Para além de eventos pontuais, é necessário consolidar uma cultura de escuta permanente, onde os vínculos se sustentam mesmo diante de desafios e divergências.

Também é importante respeitar os tempos e modos de participação de cada família. Como destacam Machado e Bossa (2020), nem todas as famílias conseguem ou desejam participar da mesma forma, e isso não deve ser interpretado como desinteresse. Cabe à escola diversificar suas estratégias de contato, flexibilizar horários, utilizar diferentes canais de comunicação e garantir que todas as vozes sejam ouvidas, mesmo aquelas que não se expressam com frequência.

Por fim, o fortalecimento do vínculo entre escola e família é fundamental para a consolidação de práticas inclusivas efetivas, especialmente no contexto da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A promoção de atividades lúdicas, culturais e comemorativas constitui uma estratégia eficaz para aproximar as famílias da dinâmica escolar, fomentando a construção de memórias afetivas positivas que reforçam o sentimento de pertencimento e colaboram para a formação de uma cultura escolar inclusiva e coletiva.

Nesse sentido, o vínculo escola-família transcende uma simples recomendação pedagógica, configurando-se como um requisito imprescindível para garantir uma inclusão equitativa e transformadora. Conforme enfatizam Santos e Araújo (2020), a participação ativa da família no processo educacional é um elemento-chave para a inclusão social e escolar, sendo imprescindível estabelecer uma relação pautada na parceria e corresponsabilidade. Ademais, a criação de espaços institucionais para o diálogo e o envolvimento familiar nas decisões escolares potencializa a construção de uma comunidade educativa mais acolhedora e inclusiva.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escuta das famílias de alunos com Transtorno do Espectro autista (TEA) configura-se como um dos pilares fundamentais para o sucesso da inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva. Mais do que uma prática pontual, escutar as famílias é reconhecer que seus saberes, vivências e expectativas constituem elementos essenciais para compreender o aluno em sua totalidade e planejar ações pedagógicas que respeitem sua singularidade.

Este artigo procurou discutir como essa escuta pode se tornar uma via de fortalecimento do trabalho pedagógico colaborativo, ao promover a articulação entre os saberes da família. Para tanto, foram discutidos fundamentos teóricos que embasam a importância da inclusão, o papel ativo das famílias no processo de escolarização e a necessidade de transformar a escuta em ações concretas no contexto escolar.

Verificou-se que, quando há abertura da escola para o diálogo, mediação da gestão democrática e valorização da convivência, a família deixa de ocupar um lugar marginal e passa a integrar o processo educacional de forma corresponsável. Essa parceria contribui para uma melhor compreensão das necessidades do aluno com TEA e favorece o planejamento de estratégias mais efetivas, tanto pedagógicas quanto relacionais.

Além disso, destacou-se que a formação continuada de professores, a flexibilização curricular e o acolhimento institucional são fatores indispensáveis para que a escuta das famílias vá além da formalidade e se traduza em ações pedagógicas colaborativas. Ao transformar a escuta em compromisso, a escola avança na construção de um ambiente que não apenas admite a diferença, mas a valoriza como fonte de transformação.

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular configura-se como um desafio multifacetado que demanda a



articulação efetiva de todos os agentes educacionais, com ênfase na participação das famílias. A escuta ativa e a cooperação entre escola e família constituem elementos cruciais para a formulação e implementação de práticas pedagógicas colaborativas e eficazes. Para tanto, é imperativo que políticas públicas e instituições educacionais programem estratégias que fortaleçam esses vínculos, assegurando a oferta de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Como enfatiza Matos (2020), a efetivação de uma escola inclusiva configura-se como um processo contínuo que requer escuta ativa, diálogo construtivo e engajamento coletivo de todos os atores envolvidos no contexto educacional. Essa perspectiva reafirma que a inclusão não deve ser concebida como uma ação isolada, mas como um processo permanente fundamentado no compromisso coletivo, na escuta ativa e no diálogo constante entre os diversos atores do ambiente escolar.

Conclui-se, portanto, que a inclusão de alunos com TEA na rede regular de ensino exige o investimento contínuo em práticas dialógicas e colaborativas. A escuta das famílias deve ser compreendida como um eixo estruturante da política educacional e, mais do que isso, como um gesto ético e político de valorização da diversidade. Ao estabelecer vínculos sólidos com as famílias, a escola amplia sua capacidade de acolher, ensinar e transformar, consolidando-se como um espaço verdadeiramente inclusivo e humanizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A.; MENDES, E G. P. Políticas públicas e educação inclusiva: desafios para a formação docente. São Paulo: Cortez, 2020.

BOSSA, Nádya Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 15. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

_____. **A importância da inclusão escolar: práticas e desafios em sala de aula**. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.



BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF; Senado Federal, 1988.

_____. **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CUNHA, Antônio Eugênio. **O aluno com autismo: singularidades e possibilidades educativas.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

_____. **Autismo e inclusão escolar: práticas e reflexões.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

_____. **Educação inclusiva e os desafios da prática docente: alunos com TEA.** São Paulo: Cortez, 2021. p. 45-60, 2023.

CUNHA, Guilherme Ramires. **Autismo e inclusão: psicologia, educação e práticas colaborativas.** 2. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2020.

CUNHA, G.R.; NASCIMENTO, M. A. do. **Escuta sensível e parceria com as famílias: elementos essenciais para a inclusão de alunos com TEA.** Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 28, n. 1, p. 50-60, jan./abr. 2022.

DUARTE, Ana Cláudia; OLIVEIRA, Rita de Cássia. **A escuta ativa como prática inclusiva: aproximações entre escola e família.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.29, FÁVERO, E. **A. Inclusão escolar: a constituição de uma nova cultura.** Rio de Janeiro: WAK Editora, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Políticas públicas e educação inclusiva: o papel da escola.** Campinas: Autores Associados, 2015.

_____. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 12. Ed. São Paulo: Moderna, 2021.

_____. **Educação inclusiva: em construção.** 9. Ed. São Paulo: Moderna, 2022.

MACHADO, R. N.; MENDES, E. G. **Educação inclusiva e políticas públicas: um diálogo necessário.** Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MATOS, Widson Silva. **O atendimento educacional especializado e o professor do AEE: formação e atuação na perspectiva inclusiva.** Campinas: Autores Associados, 2020.



_____. **Atendimento educacional especializado: práticas e saberes docentes.** Curitiba: Appris, 2020.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. **Educação inclusiva no Brasil: avanços e desafios.** Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

OLIVEIRA, Jéssica P.; DUARTE, Mariana S. **Práticas colaborativas e escuta das famílias na inclusão escolar.** Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, v. 36, e 92, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ORRÚ, Marli. **A inclusão escolar na perspectiva da gestão democrática.** Caminas: Autores Associados, 2021.

_____. **O papel da escuta na construção de uma escola inclusiva.** São Paulo: Edições Loyola, 2022.

SANTOS, Ana Paula dos. **A importância do diálogo entre escola e família na inclusão de alunos com autismo.** Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.46, e116205, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://ser.ufgs.br/educacaoerealidade>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SANTOS, L.M; BOGLIO, D. F. **Família e inclusão escolar: desafios e contribuições.** Porto Alegre: Mediação. 2021.

SANTOS, Rosana Glat. **Educação inclusiva: construindo sistemas educacionais inclusivos.** Rio de Janeiro: Wat, 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2021.

SCHMIDT, Cláudia Glavam. **Autismo e educação: possibilidades e desafios na escola inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2020.

_____. **Educação inclusiva e formação docente: caminhos possíveis.** Florianópolis: insular, 2020.